

FUNDACAO NACIONAL DE SAUDE - BA

Estudo Técnico Preliminar 6/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 25130.000360/2024-32

2. Objeto

2.1. Locação de veículos, PICK UP, Locação de veículo PICK UP, tração 4x4, cabine dupla, capota marítima, película de proteção solar, zero km ou 01 ano de uso, motor movido a Diesel e/ou à biodiesel, de no mínimo 1,956 cilindradas ou superior, potência do motor não inferior a 170,0 cv, câmbio manual ou automático com no mínimo 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) ré, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, freio a disco ABS, com sistema de proteção de impacto frontal (Air bag duplo), rodas com padrão mínimo aro 16, capacidade mínima de carga útil de 1.000 kg, quilometragem livre, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças, acessórios, por conta da contratada, na cor branca, sem combustível e motorista, em regime de empreitada por preço unitário, para atender demanda da FUNASA/SUEST/BA, nos termos da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021, de acordo tabela abaixo e demais condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Catser	Descrição do Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
01	4014	Locação de veículo PICK UP, tração 4x4, cabine dupla, capota marítima, película de proteção solar, zero km ou 01 ano de uso, motor movido a Diesel e/ou à biodiesel, de no mínimo 1,956 cilindradas ou superior, potência do motor não inferior a 170,0 cv, câmbio manual ou automático com no mínimo 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) ré, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, freio a disco ABS, com sistema de proteção de impacto frontal (Air bag duplo), rodas com padrão mínimo aro 16, capacidade mínima de carga útil de 1.000 kg, peso/potência de 10,00 kg/cv, torque específico de 18,0 kgfm/l, altura mínima solo de 210 mm, distância entre eixos de 2.990 mm e comprimento de 4.940 mm, quilometragem livre, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças, acessórios, por conta da contratada, na cor branca, sem combustível e sem motorista,	Unidade	06	8.073,00	48.438,00	581.256,00

3. Descrição da necessidade

3.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas deste Estudo Técnico Preliminar.

3.2 A contratação dos serviços de locação de veículos visa atender as atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas da Funasa/SUEST/BA: Serviço de Convênios (Secov), Divisão de Administração (Diadm), Divisão de Engenharia e Saúde Pública (Diesp), Serviço de Saúde Ambiental (Sesam) e as 06 (seis) Unidades Descentralizadas (Disea) instaladas no interior do Estado a saber: Barra, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Itabuna, Jequié e Juazeiro, que realizam constantemente viagens para acompanhamento e fiscalização de obras de convênios firmados entre a Funasa e os municípios da Bahia, na busca de promover a inclusão social, por meio da saúde, financiando projetos e soluções para a prevenção e controle de doenças e agravos ocasionados pela falta ou inadequação nas condições de saneamento básico em áreas de interesse especial, como assentamentos, remanescentes de quilombos e reservas extrativistas.

3.2.1. Ainda de acordo com o Decreto nº 9.507/2018, certifico que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

3.3 Abaixo tabela contendo a distância e tempo estimado para deslocamento da Sede/SUEST para as Unidades Descentralizadas situadas nas várias cidades do interior do estado da Bahia.

Distância e Tempo em relação a Sede da Funasa em Salvador/BA		
DISEA	QUILOMETRAGEM	HORAS
Barra	676	10 horas
Bom Jesus da Lapa	780	11 horas
Feira de Santana	120	2 horas
Itabuna	440	6 horas
Jequié	370	5 horas
Juazeiro	508	8 horas

3.4 Destaca-se que a população alvo dos nossos serviços vive na zona rural dos municípios aonde as condições precárias das estradas rurais representam um grande desafio afetando o acesso a serviços básicos, a inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos moradores.

3.5 A opção pelo veículo do tipo pick-up, tração 4x4, foi justamente em decorrência da dificuldade de acesso aos municípios e respectivas zonas rurais para a realização dos trabalhos, por serem distantes desta capital, alguns com estradas de chão, de difícil trafegabilidade, cheias de buracos, como exemplo das distâncias dos municípios.

3.5.1 É fundamental que os veículos contratados atendam plenamente às demandas de transporte em áreas de difícil acesso, exigindo maior desempenho de tração e robustez estrutural.

3.5.2 A ausência de detalhamento técnico pode resultar na contratação de modelos classificados comercialmente como 4x4, porém de menor porte, que não atendem adequadamente às exigências operacionais do órgão. Dessa forma, sugerimos parâmetros mínimos, tais como: capacidade de carga útil de 1000 kg, potência máxima de 170 cv, peso/potência de 10,00 kg/cv, torque específico de 18,0 kgfm/l, altura mínima solo de 210 mm, distância entre eixos de 2.990 mm e comprimento de 4.940 mm. Esses elementos são essenciais para garantir que o veículo seja compatível com as necessidades reais da instituição, promovendo segurança, eficiência e otimização dos recursos públicos.

3.6 A tabela abaixo contempla a descrição com quantitativo de convênios distribuídos pelos DISEA's que demonstram a distância a ser percorrida entre os DISEA's e os municípios conveniados:

DISEA	MUNICÍPIO	QUANTIDADE DE CONVÊNIOS	DISTÂNCIA (Km)
Barra	BURITIRAMA	2	92
	IRAQUARA	1	311
	FORMOSA DO RIO PRETO	1	350
	IBIPEBA	2	190
	IBITITA	1	229
	ITAGUACU DA BAHIA	4	131
	JOAO DOURADO	3	220
	JUSSARA	2	184

		LAPAO	4	209
		MONTE SANTO	1	581
		MULUNGU DO MORRO	2	290
		PRESIDENTE DUTRA	1	201
		UIBAI	2	189
		UMBURANAS	1	276
		WANDERLEY	1	260
		XIQUE-XIQUE	1	89
	Bom Jesus da Lapa	ABAIRA	1	332
		ARAMARI	1	748
		BOQUIRA	3	117
		BREJOLANDIA	1	136
		CACHOEIRA	1	678
		CAETITE	1	142
		COARACI	1	605
		COCOS	1	202
		CORIBE	3	156
		CORRENTINA	2	143
		ERICO CARDOSO	1	194
		IBICARAI	5	576
		ITATIM	2	567
		JACARACI	1	240
		LICINIO DE ALMEIDA	1	215
		MACAUBAS	1	126
		MORTUGABA	1	264
		PLANALTINO	1	459
		PRESIDENTE JANIO QUADROS	1	293
		RIACHO DE SANTANA	1	67
		RIO DE CONTAS	2	253
		SANTA MARIA DA VITORIA	1	93
		SAO FELIX DO CORIBE	2	90
		SERRA DOURADA	2	102
		TANHACU	1	314
		TANQUE NOVO	1	143
		TERRA NOVA	1	722
		UNA	1	731
	Feira de Santana	ALAGOINHAS	1	80
		CAPELA DO ALTO ALEGRE	1	138
		CAPIM GROSSO	1	162
		GOVERNADOR MANGABEIRA	1	56
		INHAMBUPE	1	125
		ITABERABA	1	172
		ITATIM	2	99
		MARCIONILIO SOUZA	1	215
		MURITIBA	1	57
		PINTADAS	3	143
		RUY BARBOSA	1	206
		SANTANOPOLIS	1	36
		SAO DOMINGOS	1	142
		SAO GONCALO DOS CAMPOS	1	22
		SERRINHA	1	69

Jequié	ANAGE	1	240
	APUAREMA	1	58
	ARACATU	1	266
	BELO CAMPO	1	219
	CAETANOS	5	149
	CAETITE	1	336
	CAMACAN	1	259
	CANDIDO SALES	3	240
	CARAVELAS	1	580
	COARACI	1	152
	COCOS	1	579
	CONTENDAS DO SINCORA	1	134
	ENCRUZILHADA	1	252
	IBICUI	1	157
	IBIPEBA	1	509
	IBIRAPITANGA	1	105
	IGUAI	1	141
	ITAJUIPE	1	163
	ITARANTIM	1	297
	ITATIM	1	156
	ITORORO	2	207
	LAGEDO DO TABOCAL	1	62
	MAETINGA	1	281
	MAIQUINIQUE	1	291
	MALHADA DE PEDRAS	1	275
	MANOEL VITORINO	1	40
	MARACAS	1	92
	NOVA IBIA	1	84
	NOVA VICOSA	1	647
	PIRIPA	2	274
	PLANALTINO	1	122
	POCOES	4	88
	SANTA CRUZ DA VITORIA	1	189
	UBAIRA	4	112
	URUCUCA	1	150
Juazeiro	AGUA FRIA	1	415
	BARRO ALTO	1	454
	BIRITINGA	1	391
	CAFARNAUM	4	397
	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	1	323
	CANSANCAO	1	232
	CAPELA DO ALTO ALEGRE	1	279
	CASA NOVA	1	72
	GOVERNADOR MANGABEIRA	1	444
	JACOBINA	1	235
	MONTE SANTO	1	266
	MUNDO NOVO	3	346
	NORDESTINA	3	261
	OUROLANDIA	2	219
	PILAO ARCADEO	2	281
	PINDOBACU	1	165

		PIRITIBA	2	309
		PONTO NOVO	1	173
		QUEIMADAS	2	269
		QUIJINGUE	2	271
		QUIXABEIRA	1	246
		REMANSO	2	211
		RIACHAO DO JACUIPE	1	316
		RIBEIRA DO AMPARO	1	364
		RIBEIRA DO POMBAL	1	321
		RODELAS	1	251
		SENTO SE	1	191
		SITIO DO QUINTO	1	331
		SOUTO SOARES	1	448
		TAPIRAMUTA	1	334
		UAUA	1	126
		VALENTE	2	304
	SUEST	AMARGOSA	1	162
		BANZAE	2	324
		CACHOEIRA	1	117
		CARDEAL DA SILVA	2	159
		CRAVOLANDIA	1	224
		ENTRE RIOS	1	142
		LICINIO DE ALMEIDA	1	679
		MUNIZ FERREIRA	1	91
		MUTUIPE	2	166
		PRESIDENTE DUTRA	1	495
		RIACHAO DO JACUIPE	1	192
		SANTA BARBARA	1	149
		SAO SEBASTIAO DO PASSE	1	66
		SERRA PRETA	1	169
		SERRINHA	1	183

3.7 Esta contratação visa também, atender as demandas das áreas-meio da instituição no que se refere ao apoio à execução das atividades técnico-administrativas, tais como: transporte de servidores e/ou documentos, transportar materiais e/ou mobiliários, gerenciar contratos e realizar inventário de bens móveis e imóveis.

3.8 Devido a existência de servidores motoristas em nosso quadro de funcionários, e de servidores credenciados para conduzir veículos, optamos por não contratar motoristas terceirizados e, em vez disso, locar veículos para atender às necessidades de transporte da Superintendência Estadual.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Da Sustentabilidade

4.1 A Contratada deverá promover práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

4.2 Manter a regulamentação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

4.3. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desses veículos, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo.

4.4. Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

4.5. Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

4.6. Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipado com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

4.7. Observar a legislação vigente sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do IBAMA, CONAMA e Secretaria do Meio Ambiente - BA, destacando-se a Lei Federal n.º 8.723/93, com redação dada pela Lei n.º 10.203 /01, a Resolução CONAMA n.º 16/93, a Portaria IBAMA n.º 85/96, com suas respectivas alterações.

4.8. Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto à emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos eventualmente movidos a óleo Diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

4.9. Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera.

4.10. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resoluções CONAMA, a Contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.11. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.12. Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.13. Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata; ”

4.14. Prever a destinação ambiental adequada das baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº257, de 30 de junho de 1999;

4.15. A Contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010, conforme artigo33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416,de 30/09/2009, e legislação correlata.”

4.16. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09 /2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.17. Salienta-se que as especificações dos itens, objeto do Termo de Referência, são suficientes à escolha do futuro contratado, certificando, ainda, que não há determinação de marca, nem tão pouco importam em cerceamento da competitividade do certame.

Da Subcontratação

4.18. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

Garantia da contratação

4.19 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas no Termo de Referência e nas cláusulas do contrato.

4.20. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.21. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.22. O Termo de Referência oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Do Seguro e Garantia dos Veículos

4.23. Os veículos deverão ser totalmente segurados, com a emissão válida, por todo o período de vigência do contrato, da apólice de seguro lavrada por entidade devidamente autorizada pela SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

4.24. Será necessária a emissão de apólice complementar de seguro de Responsabilidade Civil Facultativa de Veículos (RCF-V), caso a apólice principal não contemple a cobertura total de danos a terceiros.

4.25. A Contratada deverá apresentar a apólice de seguro – inclusive a apólice complementar, se for o caso – aos fiscais do contrato, no ato da entrega do objeto contratado, a qual, necessariamente, deverá contemplar todo o período de execução do contrato.

4.26 A cobertura do seguro deverá contemplar: furto, roubo, incêndio, colisão, explosão, queda de objeto sobre o automóvel, desastres naturais, morte e /ou invalidez, danos materiais e corporais a terceiros, a seus bens e aos demais ocupantes do veículo, bem como os casos de responsabilidade civil decorrente de danos morais.

4.26.1. A cobertura do seguro deverá contemplar, ainda:

a)Acessórios referentes a imagem e som;

b) Opcionais não originais de fábrica;

c) Carro reserva;

d) Danos aos vidros (básica, blindados e top plus);

e) Reboque de veículos;

f) Extensão da garantia de reposição pelo valor de novo para Veículo 0km por 180 dias em caso de incêndio, roubo ou furto;

g) Extensão da garantia de reposição pelo valor de novo para Veículo 0km por 12 (doze) meses no caso de colisão;

h) Indenização por imobilização do veículo segurado e do terceiro eventualmente atingido;

i) Indenização por perda de faturamento;

j) Reembolso de despesas extras;

k) Reposição de indumentária de proteção.

4.27 Nos casos de acidentes automobilístico, incidentes, sinistros de modo geral, crimes patrimoniais, ou qualquer outra ocorrência que venha a causar danos aos veículos locados, por culpa ou não da FUNASA/SUEST/BA, o Contratante se limitará a providenciar a comunicação da Ocorrência junto ao órgão competente;..

4.28 A remoção, despesa com guinchos, franquias de seguro e outras despesas relativas aos veículos sinistrados serão de inteira responsabilidade da Contratada.

Multas e infrações

4.29 É de responsabilidade da Contratante, através de seus condutores, o pagamento das multas e infrações de trânsito em geral, quando estes lhe derem causa, identificando-os, e oportunizando as possibilidades de defesa previstas na legislação;

4.30. À Contratante competirá, ainda, o pagamento de 01 (uma) diária junto aos depósitos públicos, em caso de reboque do veículo pelas autoridades de trânsito. Caberá a Contratada, todavia, o ônus por quaisquer despesas com despachantes ou diárias excedentes em razão do retardamento nas providências necessárias ao desembarço dos automóveis;

4.31. Caso a Contratada receba notificação relativa à infração de trânsito causada pelos condutores de qualquer dos veículos previstos neste Termo de Referência, deverá encaminhá-la à Contratante em até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da notificação do auto de infração, para que seja indicado o real infrator e elaborada a defesa prévia;

- 4.32 A Contratante deverá enviar à Contratada, dentro do prazo para defesa prévia, o requerimento de defesa em conjunto com os documentos necessários, bem como a identificação do real infrator, competindo à Contratada protocolá-los tempestivamente junto ao órgão competente, encaminhando cópia do comprovante de protocolo à Contratante em até 05 (cinco) dias úteis.
- 4.33 Caso a Contratante receba a notificação relativa à infração de trânsito após o término do prazo de defesa, a Contratada deverá arcar com o pagamento da multa.
- 4.34 Se a defesa prévia não for acatada, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE em até 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação do indeferimento da defesa prévia, para que seja elaborado recurso.
- 4.35 A CONTRATANTE deverá enviar à CONTRATADA, dentro do prazo para recurso, o requerimento de recurso em conjunto com os documentos necessários, competindo à CONTRATADA protocolá-los tempestivamente junto ao órgão competente, encaminhando cópia do comprovante de protocolo à CONTRATANTE em até 05 (cinco) dias úteis.
- 4.36 Se a CONTRATADA deixar de protocolar tempestivamente o requerimento de defesa prévia e identificação do real infrator ou requerimento de recurso apresentados pela CONTRATANTE deverá arcar com o pagamento da multa, sujeitando-se ainda, à aplicação de penalidade contratual.
- 4.37. Caso recurso protocolado for indeferido ou a CONTRATANTE informar que não apresentará defesa prévia ou recurso, gerando a aplicação da multa, a CONTRATADA deverá encaminhar o respectivo boleto à CONTRATANTE, antes do seu vencimento, para que seja efetuado o pagamento, ou indicar outros meios para sua realização, na impossibilidade de ser gerado o boleto.
- 4.38 As multas de trânsito não causadas pelos condutores ou usuários dos veículos serão de responsabilidade da CONTRATADA.

Condições Gerais

- 4.39 A CONTRATADA deverá manter a documentação dos veículos, arcando com as despesas relativas à circulação dos veículos em todo território nacional, estando com o seguro obrigatório e documentação em dia.
- 4.40 A CONTRATADA deverá manter as condições dos veículos de acordo com as normas do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN e, estando habilitados para a prestação dos serviços regulares, conforme normas expedidas pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).
- 4.41 Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente de trânsito ou qualquer fato superveniente durante a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá substituir o veículo avariado/acidentado por veículo do mesmo tipo ou superior, desde que sem ônus para a CONTRATANTE, bem como efetuar os devidos reparos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação à Contratada;
- 4.42 Os veículos deverão atender, no mínimo, as medidas, capacidades e opcionais estabelecidos nas especificações dos veículos, podendo ser utilizadas medidas, capacidades e opcionais superiores, desde que não onerem o valor estabelecido em contrato.
- 4.43 Ao longo do contrato, os veículos poderão ter, no máximo 02 (dois) anos de utilização ou 100.000 (cem mil) quilômetros rodados e a substituição deverá acontecer no evento que ocorrer primeiro;
- 4.44 Todos os modelos de veículos deverão ser movidos, preferencialmente, com combustíveis de origem renovável ou biocombustível, conforme estabelecido na Lei nº 9.660, de 16 de junho de 1998, combinado com a Instrução Normativa nº 01 MPOG /SLTI, de 19 de janeiro de 2010, observada a oferta de combustíveis e as especificações técnicas deste Termo de Referência.

Vistoria

- 4.45 Não será necessária, tendo em vista a característica da contratação, devendo o Licitante declarar pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, realizada por meio do sistema Comprasnet.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Administração	JOSE EDUARDO DOS SANTOS SOUZA

6. Levantamento de Mercado

6. Levantamento de Mercado

6.1 Diante dos dois tipos de frota (própria e locada) que a Administração poderá utilizar para atender a demanda de transporte, a Equipe de Planejamento da CONTRATANTE analisou as vantagens e desvantagens apontadas no relatório em relação a cada tipo de frota acima mencionada.

6.1.1. Obteve-se as respectivas conclusões a respeito do potencial de atendimento pleno de cada opção.

6.1.2 A seguir estão listadas as análises das opções:

a) Frota Própria: É o modelo mais adotado por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, embora tais veículos possuam, em média, idade muito superior aos locados. Os veículos oficiais disponíveis no órgão devem ser utilizados até ser tornarem antieconômico ou irrecuperável quanto as condições de conservações.

b) Frota Locada: De forma geral, nas locações de veículos, com ou sem motoristas, a fiscalização contratual deve ter como foco principal o cumprimento das obrigações relacionadas à disponibilização dos veículos em condições satisfatórias de uso.

6.1.3. Outras despesas como aquelas relacionadas à manutenção dos veículos ficam a cargo da Contratada, trazendo potenciais benefícios como a redução da estrutura administrativa dos órgãos e entidades, em decorrência do menor número de licitações a realizar e de contratos a gerir.

6.1.4. Trata-se de tendência amplamente consolidada no mercado, utilizados pelas empresas de todos os portes da iniciativa privada, que está sendo difundida entre os consumidores pessoas físicas. Mas que já vem sendo utilizado pelos órgãos da administração pública, conforme demonstrado nos relatórios elaborado pela CGU.

6.1.4.1. Apresentamos abaixo quadro comparativo das vantagens, desvantagens e riscos entre as opções de frota própria e de frota locada:

Tipo	Vantagem	Desvantagem	Risco
Frota Própria	1. Autonomia na prestação do serviço. 2. Disponibilidade do serviço	1. Gestão e fiscalização de diversos contratos correlatos. 2. Aumento de estruturas administrativas de gerenciamento /manutenção. 3. Necessidade de frota reserva em caso de acidentes e manutenção. 4. Imobilização de capital e depreciação dos bens. 5. Redução do grau de reatividade à alteração da demanda.	1. Riscos da atividade sob responsabilidade da administração.
Frota Locada	1. Transferência de riscos da atividade a terceiros (sinistro, frota reserva, manutenção, contingências, etc.) 2. Renovação periódica da frota sem imobilização de capital. 3. Diluição temporal do aporte financeiro. 4. Redução do custo administrativo, pela eliminação de licitações e contratos (abastecimento, seguro, manutenção, lavagem, compra e alienação). 5. Maior agilidade p a r a redimensionamento do serviço	1. Perda de graus de liberdade na gestão da atividade. 2. Maior vulnerabilidade ao comportamento do mercado.	1. Riscos contratuais.

6.2. Por se tratar de serviço comum no mercado, existem diversos fornecedores que atendem aos requisitos especificados acima não havendo restrições neste sentido, conforme demonstra a Cotação de Preços realizada no Pannel de Preços anexa a este ETP.

6.3. Diante da consolidação no mercado privado e na Administração Pública e ainda diante da experiência de sucesso observados nos órgãos que optaram pela locação de veículos, concluiu-se então que esta opção (locação) é a mais adequada às necessidades e que melhor atende as demandas de transporte de pessoal e equipamentos da FUNASA/SUEST/BA.

6.4. Por fim, ao optar pela solução de locação de veículos, a Funasa transfere a empresa contratada não só a responsabilidade pela aquisição dos veículos, mas também uma série de outros serviços e controles agregados que, somados, implicam em custos significativos, por já estarem incorporados ao fornecimento do serviço, tornando esta solução muito mais atrativa e vantajosa estimulando o princípio da economicidade e eficiência.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A descrição da solução como um todo, abrange a prestação de SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, todos movidos a diesel, sem motorista, sem combustível, com manutenção preventiva e corretiva por parte da CONTRATADA, **aferidos por pagamento de regime mensal por veículo**, com quilometragem livre, com seguro contra furtos e acidentes, incluindo todas as coberturas contra danos pessoais e materiais, próprios e a terceiros, na cor branca, em regime de empreitada por preço unitário, para atender demanda da FUNASA/SUEST/BA, de acordo com condições e especificações contidas neste instrumento.

7.2. Ao optar pela solução de locação de veículos, a Funasa transfere a empresa contratada não só a responsabilidade pela aquisição dos veículos, mas também uma série de outros serviços e controles agregados que, somados, implicam em custos significativos, por já estarem incorporados ao fornecimento do serviço, ou seja, revisões regulares (troca dos filtros, óleos etc) conforme orientações técnicas do fabricante, bem como, substituir veículo avariado/acidentado por veículo do mesmo tipo ou superior, desde que sem ônus para a CONTRATANTE, bem como efetuar os devidos reparos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da comunicação à Contratada, tornando esta solução muito mais atrativa e vantajosa estimulando o princípio da economicidade e eficiência.

7.3. O processo licitatório observará as normas e procedimentos administrativos, realizando na modalidade do Pregão, na forma Eletrônico, conforme § 2º do art. 17º, e Inciso I do Art. 28 da Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, bem como a Instrução Normativa no 01/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta autárquica e fundacional e dá outras providências.

7.4. A Instrução Normativa nº5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), em seu art. 6º, estabelece que os serviços continuados sejam aqueles que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão ou entidade, conforme dispõe o Decreto nº 9.507/2018. Esse último conceito impõe um caráter de subsidiário aos serviços terceirizados.

7.4.1. Ainda de acordo com o Decreto nº 9.507/2018, certifico que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade.

7.5. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, em razão de sua essencialidade permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando o funcionamento das atividades finalísticas da FUNASA/SUEST/BA, considerando que sua interrupção compromete o cumprimento da missão institucional.

7.6. Dessa forma, o contrato será firmando com vigência inicial de 12 (doze) meses, havendo a possibilidade de prorrogação por igual período até o limite de 10 (dez) anos, conforme disciplina os artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021 e desde que sejam atendidos os requisitos necessários para prorrogação.

7.7. Durante a prestação dos serviços todos os abastecimentos, lavagem/higienização do veículo serão por conta da Contratante.

7.8. O local de apresentação dos veículos será na sede da FUNASA/SUEST/BA, sito à Avenida Sete de Setembro nº 2.328, Corredor da Vitória, na cidade de Salvador/BA.

7.9. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 7 às 19 horas e fora desse horário em excepcionalidades.

7.10. Os veículos de locação ficarão nas unidades da Funasa/Suest-BA, para transporte de pessoal em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, predominantemente em serviços locais, viagens intermunicipais e, eventualmente, em viagens interestaduais;

7.11. A Contratada deverá disponibilizar os veículos com seguro total contra acidentes, revisões, manutenção, pneus, documentação completa e demais itens para a perfeita execução contratual;

7.12. Materiais a serem disponibilizados

a) Todas as peças e acessórios para manutenção dos veículos contratados;

- b) Todos os itens de segurança exigidos pelo Conselho Nacional de Trânsito;
- c) A Contratada deverá equipar seus veículos com Sistema de Localização Global (rastreamento);
- d) Munir a Gestão e Fiscais de Contrato do sistema vinculado a internet para acompanhamento do GPS, sob as condições determinadas no TR;
- e) A Contratada providenciará TAG's para os veículos locados, sendo que os valores dos pedágios serão ressarcidos a mesma, conforme o efetivamente utilizado.

7.13. Informações relevantes para dimensionamento da proposta

7.13.1. A demanda da FUNASA/SUEST/BA, tem como base as seguintes características:

a) Contratação de serviços de locação de 06 (seis) veículos automotores de médio porte, sem motorista, em caráter permanente, com regime de quilometragem livre e tarifação mensal, destinados ao atendimento das demandas técnicas e administrativas da Fundação Nacional de Saúde - Superintendência Estadual do Bahia, com as seguintes especificações:

1) Locação de veículo PICK UP, tração 4x4, cabine dupla, capota marítima, película de proteção solar, zero km ou 01 ano de uso, motor movido a Diesel e/ou à biodiesel, de no mínimo 1,956 cilindradas ou superior, potência do motor não inferior a 170,0 cv, câmbio manual ou automático com no mínimo 05 (cinco) marchas a frente e 01 (uma) ré, direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, freio a disco ABS, com sistema de proteção de impacto frontal (Air bag duplo), rodas com padrão mínimo aro 16, capacidade mínima de carga útil de 1.000 kg, peso/potência de 10,00 kg/cv, torque específico de 18,0 kgfm/l, altura mínima solo de 210 mm, distância entre eixos de 2.990 mm e comprimento de 4.940 mm, quilometragem livre, com manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de peças, acessórios, por conta da contratada, na cor branca, sem combustível e sem motorista. Esses elementos são essenciais para garantir que o veículo seja compatível com as necessidades reais da instituição, promovendo segurança, eficiência e otimização dos recursos públicos, em regime de empreitada por preço unitário, para atender demanda da FUNASA/SUEST/BA.

7.13.2. A contratada fica obrigada a, dentre outras:

a) Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

b) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos, irregularidades ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

c) Os veículos permanecerão na unidade da FUNASA/SUEST-BA, podendo ser utilizados em viagens intermunicipais e interestaduais, inclusive sábados, domingos e feriados.

d) No caso de quebra de veículo, durante a vigência do contrato, a Empresa vencedora deverá proceder a sua substituição, dentro de 24 horas, por outro de igual capacidade, nas mesmas condições do credenciado no contrato, tendo ainda, a entrega/substituição, ser realizada onde o veículo com defeito estiver.

e) Nos casos em que o reparo do veículo demande tempo maior que 24 horas, a Contratada deverá proceder conforme o item acima e notificar imediatamente o fiscal do contrato sobre a substituição e o prazo para a normalização do serviço.

7.14. Rotinas a serem cumpridas

7.14.1. Os veículos de locação ficarão nas unidades da Funasa/Suest-BA, para transporte de pessoal em serviço, materiais, documentos e pequenas cargas, predominantemente em serviços locais, viagens intermunicipais e, eventualmente, em viagens interestaduais;

7.14.2. A Contratada deverá disponibilizar os veículos com seguro total contra acidentes, revisões, manutenção, pneus, documentação completa e demais itens para a perfeita execução contratual;

7.14.3. A Contratada também ficará responsável pela lavagem/higienização do veículo.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Neste levantamento, foi extremamente relevante a experiência prática dos fiscais que já atuaram na fiscalização dos serviços de locação de veículos, considerando que estes servidores detêm o conhecimento especializado sobre a execução contratual, com base no histórico e nas informações dos contratos anteriores, contribuindo, assim, para a definição das quantidades e dos requisitos da nova contratação.

8.2 Com base na execução do Contrato nº5/2018, processo 25130.001371/2018-91, e nas condições em que se encontra a frota de veículos de propriedade da SUEST/BA e com base nas necessidades de deslocamento de pessoal para atender a missão institucional da FUNASA, serão locados 06 (seis) veículos, tipo pick-ups, tração 4x4, cabine dupla, cuja descrição detalhada se encontra no item 2.1 do presente Estudo.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 581.256,00

9.1. O custo anual estimado da contratação é de **R\$ 581.256,00 (Quinhentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta e seis reais)** e está demonstrado nas pesquisas de preços elaboradas por meio do Painel de Preços e análise crítica dos preços obtidos, conforme orientação da Instrução Normativa nº 65 /2021.

ÓRGÃO	ID COMPRA	DATA	VALOR (R\$)
ESTADO DO MARANHÃO	98092105901492000	15/01/2026	7.800,00
ESTADO DO MARANHÃO	98092105901492000	15/01/2026	8.999,99
CONSELHO FEDERAL FISIOTERAPIA OCUPACIONAL	92516805900122000	09/01/2026	8.965,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	11079405900242000	08/01/2026	7.000,00
MINISTÉRIO DA DEFESA	11079405900242000	08/01/2026	7.600,00
MÉDIA			8.073,00

ESTIMATIVA DE VALOR

Número Veículos	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Anual R\$
06	8.073,00	48.348,00	581.256,00

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. Para atendimento à Súmula TCU nº 247, o não parcelamento do objeto justifica-se em razão de se mostrar tecnicamente inviável em função dos serviços apresentarem interdependência para a perfeita execução do objeto, com itens de características e finalidades similares.

10.2 A contratação de um único fornecedor para prestar todos os serviços, visa buscar maior eficiência técnica, econômica e administrativa, através do gerenciamento centralizado dos serviços, bem como da busca de maior economia de escala, conforme dispõe a Instrução Normativa Seges/ME Nº 65, de 07 de Julho de 2021. Além disso, de acordo com a recomendação do item 9.1.16 do Acórdão nº 1.214/2013-TCU - Plenário, deve ser evitado o parcelamento de serviços não especializados, a exemplo de limpeza, copeiragem e carregador.

10.3. O agrupamento dos serviços para a contratação de uma única sociedade empresarial se justifica por conta de:

10.3.1 O parcelamento total do objeto tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração (Acórdão 5301/2013-TCU 2ª Câmara/ Acórdão 861/2013-TCU - Plenário);

10.3.2 Aumento da eficiência administrativa através da centralização do gerenciamento de contratos de serviços idênticos, pois neste caso, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação (Acórdão 861/2013-TCU - Plenário);

10.3.3 Maior economia em escala. “Deve o gestor atentar-se para que o parcelamento seja realizado somente em benefício da Administração. Divisão do objeto que não observe economia de escala poderá produzir efeito contrário, ou seja, aumento de preços” (Licitações & Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, 4ª edição revista, ampliada e atualizada, p.226, Brasília, 2010);

10.3.4. Poucos recursos humanos para gestão dos Contratos e Licitações. Atualmente a gestão de contratos é realizada somente por um único servidor do quadro, que possui outras atribuições além desta. O aumento no número de contratações poderia ocasionar maior sobrecarga de trabalho e perda da eficiência administrativa por conta do aumento do custo administrativo para a formalização, publicação e gerenciamento (Acórdão 5260/2011-TCU-1ª Câmara);

10.3.5 Maior atratividade do certame às empresas por conta da possibilidade de maior ganho e, por conta disso, aumento dos participantes, gerando maior competitividade.

10.4. Quanto aos tratamentos diferenciados às empresas ME e EPP, em conformidade com o art. 08º do Decreto nº 8.538, de 2015, se justifica conforme descrito acima, e exposições de motivos aqui apresentados, em consonância com o inciso II do Art. 10 do referido decreto ("II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente").

10.5. Considerando o exposto acima, não será aceita a possibilidade de participação de consórcio no certame licitatório, haja vista que os serviços de que trata a presente contratação, locação de veículos automotivos, deverá ser executado em sua integralidade na perspectiva de um bom resultado final, no que fica mais viável e seguro ser realizado por uma única CONTRATADA, não havendo necessidade de serviços de complexidades distintas entre si ou que exijam equipamentos ou pessoal diferenciado na execução do mesmo, dispensando totalmente a necessidade de empresas consorciadas. Também se justifica a não participação de cooperativas, considerando ainda que esta SUEST-BA/FUNASA busca evitar a dificuldade de controle e responsabilização pelos serviços prestados. Cooperativas são compostas por membros associados, e a rotatividade de cooperados pode dificultar a estabilidade e um resultado satisfatório dos serviços, tornando complexa a definição de responsabilidades em caso de falhas ou problemas na execução do contrato.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. A contratação está prevista no Plano Anual de Contratação (PAC - PGC), e foi previamente aprovada pela autoridade competente por ocasião da requisição do objeto, sendo, oportuno mencionar, que a tramitação ocorrerá dentro dos padrões e hierarquia da FUNASA.

13. Qualificação

13.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

13.1.1.2. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

13.2. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO - FINANCEIRA

13.2.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

13.2.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

13.3.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

13.3.3.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo limitado a 10% do valor total estimado da contratação.

13.3.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Com a contratação, a FUNASA/SUEST/BA almeja alcançar os seguintes resultados:

a) Será exercida por empresa especializada devidamente habilitada pelos órgãos de controle e fiscalização da atividade; Atenderá aos requisitos de segurança estabelecidos em relação ao transporte de pessoas e materiais;

b) Os parâmetros definidos para o objeto da licitação e para a prestação do serviço possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida;

c) Os padrões definidos, que contam com especificações usuais no mercado, permitirão a permanente mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento do serviço prestado;

d) Alinhamento com o Planejamento Estratégico.

15. Providências a serem Adotadas

14.1. Não haverá necessidade de adequação do ambiente do Órgão para a viabilização da contratação de empresa do ramo para a execução desse serviço, considerando que o prédio sede da SUEST-BA/FUNASA já possui estacionamento amplo e suficiente na área livre e coberta.

16. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A Contratada deve promover:

15.1.1. Práticas de sustentabilidade ambiental, quando da execução dos serviços, utilizando produtos biodegradáveis, atóxicos, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2 economizando energia, gás, água, assim como separar seletivamente os resíduos oriundos da prestação dos serviços;

15.1.2. Treinamento relativo à eco condução com sensibilização dos condutores para a redução do consumo de combustível e das emissões de gases poluentes e educação ambiental.

15.2. Os veículos fornecidos deverão obedecer aos limites máximos de ruídos fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, e nº 272, de 14/09/2000, e legislação correlata, bem como aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resoluções CONAMA nº 18, de 06/05/1986, e nº 315, de 29/10/2002, e legislação correlata.

17. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos estudos expostos acima, especialmente no que tange à solução de mercado escolhida, que inclui critérios e práticas de sustentabilidade, a Equipe de Planejamento, considera que a contratação é viável, além de ser necessária para o atendimento das necessidades e interesses da Administração, consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.


18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **FLAVIO MADEIRA MIRANDA**
Data: 02/02/2026 08:40:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


FLAVIO MADEIRA MIRANDA

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **JOSENILDO SANTOS DE BRITO**
Data: 02/02/2026 14:43:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JOSENILDO SANTOS DE BRITO

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente
 **EDILSON QUEIROZ CAZUMBA**
Data: 02/02/2026 14:20:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

EDILSON QUEIROZ CAZUMBA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - cotacao_detalhado_3_2026.pdf (88.51 KB)